

# CLIPPING

02 de Setembro de 2018  
O Liberal – Atualidades, 08

## MEC corta bolsas de índios e quilombolas

UFPA

Quilombolas e indígenas estão sem receber desde março passado

CLEIDE MAGALHÃES  
Da Redação

Centenas de estudantes indígenas e quilombolas de universidades públicas de todo o Brasil estão sem receber, desde março deste ano, a Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC). Ela existe desde 2013, é mensal e está vinculada ao pertencimento étnico dos estudantes de graduação. Somente na Universidade Federal do Pará (UFPA) 500 estudantes estão prejudicados, 427 dos quais quilombolas e 73 indígenas, que ingressam este ano na instituição. A Associação dos Povos Indígenas dos Estudantes da UFPA explicou que os estudantes foram prejudicados porque tinham até esta sexta-feira, 31, para se cadastrar no sistema do MEC, que abriu em 18 de junho. No entanto, o MEC alterou quatro vezes a exigência das documentações e a última mudança ocorreu há somente duas semanas antes do prazo final. A Superintendência Estudantil da UFPA confirmou que a situação procede, que busca



Eliene Putira lembra que conquista exigiu ocupação em Brasília, enquanto Erilson lamenta situação de penúria



UFPA concede uma bolsa emergencial de R\$ 400 aos estudantes

R\$ 400,00 para os estudantes prejudicados. Sem falar que o MEC não garante retroativo do tempo em que ficaram sem ter a Bolsa Permanência", afirmou Putira.

Ainda na visão dela, que é biomédica e mestranda em Bioantropologia na UFPA, a ausência da Bolsa Permanência aumenta a evasão dos estudantes. "Foi relatado em Brasília que 15 indígenas, que cursam na Universidade de Brasília, estavam morando juntos em um único quitinete pela falta da bolsa. Essa situação pode levar à evasão dos indígenas, porque os estudantes não têm como se manter nas cidades sem esse direito e esse problema já havíamos superado no país. Então, é uma situação desgastante para os estudantes e para as universidades, que têm de fechar o sistema, analisar a documentação e, até 28 de setembro, finalizar tudo. Quem não mandou os documentos até esta sexta, 31 de agosto, vai ficar sem a bolsa. Já entramos via Ministério Público Federal de onde já saiu demanda para o MEC sobre toda essa situação", informou.

soluções junto ao MEC e disponibiliza Bolsa Emergencial no valor de R\$ 400,00. Já o MEC, em Brasília (DF), negou que haja atraso e/ou revogação das novas bolsas e não confirmou se o prazo será prorrogado.

Segundo o MEC, a Bolsa Permanência envolve R\$ 150 milhões em 2018. Ainda para este ano, o MEC estimou, junto às próprias instituições, cerca de 2,5 mil novas inscrições. No ano passado, 4.883 estudantes indígenas e 2.524 quilombolas recebiam o benefício. Deles, 592 indígenas e 853 quilombolas estão no Pará.

Um deles é o estudante do terceiro semestre no curso de Medicina na UFPA, Erilson Gomes, 20 anos. Ele disse que por

não receberem a bolsa alguns estudantes indígenas dividem aluguel ou moram na casa de conhecidos, para não desistir dos estudos "Há estudantes que passaram a morar com outros também indígenas porque estão sem a bolsa, então, moram no mesmo lugar para fazer economia. É muito difícil um estudante indígena permanecer em Belém para estudar, caso não tenha os benefícios, porque temos que comer, beber, obter material para estudar, pagar aluguel. Estou com minha Bolsa Permanência porque estou no terceiro semestre, quando me cadastrei o sistema era outro e não fui prejudicado, mas os calouros foram prejudicados", disse o indígena da et-

nia Baré, da aldeia Santa Izabel Rio Negro, no estado do Amazonas (AM).

Segundo Eliene Rodrigues Putira Sacuena, presidente da Associação dos Povos Indígenas dos Estudantes da UFPA e da Liga Acadêmica de Saúde Indígena do Pará (Lasipa/UFPA), a Bolsa Permanência do MEC é resultado de lutas dos povos indígenas e dos quilombolas, a partir de 2013. "Para conseguir a bolsa tivemos até que ocupar Brasília. A partir de 2013 até 2017, tínhamos acompanhamento e o sistema era aberto todo mês para quem não se inscreveu. Em 2017, abriu somente duas vezes: março e agosto. Mas, em 2018, não estava mais abrindo e começamos a enfren-

tar diversas problemáticas para tentar excluir os povos indígenas, entre elas a burocrática, porque o MEC mexeu no sistema e alterou os documentos a serem enviados, ocasionando um caos em todas as universidades públicas do Brasil. Como é que vamos conseguir finalizar tudo isso com nossos 73 estudantes novos, se, desde que abriu, já mudou sobre a documentação quatro vezes? A última delas foi dia 18 de agosto. O sistema não é via universidade, não é a universidade que quer nos prejudicar, mas o próprio Ministério. A bolsa garante que o indígena possa se manter na universidade e, enquanto isso não regulariza, a UFPA concede Bolsa Emergencial de

# UFPA garante bolsa emergencial de R\$ 400 para amenizar o problema

Michele Monteiro, assistente social da Superintendência Estudantil da UFPA, reitera que há problema com acesso ao benefício pelos estudantes indígenas. "Para essa bolsa, até 2016, o aluno poderia se inscrever a qualquer tempo, mas, a partir de 2016 com vigência em 2017, o governo fixou inscrição em dois períodos: no primeiro e no segundo semestre. Então, as pessoas já sabiam o período. Mas este

ano governo demorou a abrir o sistema para inscrição, houve mudança no sistema e na documentação. Desde 18 de junho, quando abriu a inscrição, se tivesse mantido, como nos anos anteriores, os alunos já estariam recebendo a bolsa. Receberam no primeiro mês e depois foi suspensa", contou.

Ainda segundo ela, a UFPA também enfrenta entraves junto ao MEC para ajudar a solucionar o problema. "A UFPA tem feito

esforço imenso para ter contato diretamente com o MEC, porque é muito difícil para a universidade tentar contato telefônico, ou e-mail ou abertura de chamada. Então, eles mandam documento, a gente responde aos documentos e fica intermediando. Mesmo com todas as dificuldades, quando há mudança na documentação, fazemos esforço de chamar as Associações dos Estudantes Indígenas e Quilombolas e passar a situação. Estamos

fazendo com que o máximo de estudantes sejam atendidos pela bolsa MEC este ano, que não virá com retroativo. Reforçamos o compromisso que a UFPA tem com esse público e buscamos construir cada vez mais ações que fomentem a permanência deles na universidade. Isso vai além da questão financeira, porque envolve a permanência simbólica de o aluno entender que ele é um aluno de direito dentro da UFPA", afirmou a as-

sistente social.

Além da Bolsa Emergencial, no valor de R\$ 400,00, específica para indígenas e quilombolas, outros benefícios que os estudantes indígenas, quilombolas e de populações tradicionais têm na UFPA, desde 2017, é o auxílio moradia, no valor mensal de R\$ 400,00. Os estudantes indígenas podem também solicitar o auxílio creche para os que têm filhos de 18 meses até 5 anos. Todos esses

grupos são atendidos no Taxa Zero, iniciativa que garante almoço e jantar gratuitos nos restaurantes universitários da UFPA, onde estão hoje 190 indígenas matriculados, dos quais 185 na graduação e 5 na pós graduação. O método de entrada deles na UFPA é por meio do PSE (Processo Seletivo Especial), que disponibiliza ao ano duas vagas para indígenas e duas para quilombolas em todos os cursos da UFPA.

## Ministério nega que haja atraso ou revogação da Bolsa Permanência

O MEC negou que haja atraso ou revogação da Bolsa Permanência. "Não existe revogação do Bolsa Permanência. Inclusive o processo para novas bolsas está aberto desde junho e o prazo se encerra nesta sexta, 31 de agosto. A decisão de conceder a bolsa a determinado estudante pertence às universidades, que fazem avaliação de cada um após as inscrições". Os valores da Bolsa

são de R\$ 400 e R\$ 900 (indígenas) e, ainda segundo o MEC, por meio da assessoria de comunicação, "o programa é um importante instrumento social que tem o objetivo de ofertar educação superior a esses grupos estudantis".

O programa já beneficiou 91.580 alunos, sendo 22.130 indígenas e 7.836 quilombolas, entre os anos de 2013 e 2017. No mesmo período,

foram investidos mais de R\$ 438 milhões, dos quais R\$ 152 milhões destinados ao primeiro grupo, e R\$ 62 milhões ao segundo. "Para esclarecimento o Bolsa Permanência funcionou, de 2013 a 2016, em fluxo contínuo junto às instituições. A partir de 2017, o Programa passou ter períodos definidos pelo MEC para atender estudantes indígenas e quilombolas, sem limitação

de inscritos. O processo de inscrições é realizado no âmbito das instituições.

O MEC esclareceu ainda que podem se inscrever no programa os estudantes indígenas e quilombolas que atenderem às seguintes condições: estar matriculado em curso de graduação presencial ofertado por instituição federal de ensino superior; não ultrapassar dois semestres do tempo regula-

mentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; ter assinado o Termo de Compromisso ao programa; comprovar a condição de estudante indígena e quilombola, por meio de Auto declaração do candidato e da Declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas; com-

provar residência em comunidade indígena e quilombola, por meio de Declaração da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de Declaração da Fundação Cultural Palmares, respectivamente, e ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.